
O SINDICATO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS**SINDICATO DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR Y LAS POLÍTICAS EDUCATIVAS****THE NATIONAL UNION OF TEACHERS OF HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS
(ANDES-SN) AND THE EDUCATIONAL POLICIES**Olgaíses Maués¹

Resumo: O propósito deste trabalho é apresentar uma análise do papel do ANDES-SN em relação às políticas públicas educacionais. Para tanto, buscou-se, por meio de um levantamento documental, identificar, no período de 1996-2010, o papel que o ANDES-SN vem desempenhando em relação a essas políticas. Os resultados a que se chegou é que o Sindicato tem exercido um papel fundamental nesse processo, mas que esse não tem sido levado em consideração pelos órgãos governamentais. Contudo, o Sindicato tem apresentado suas propostas por meio de publicações, Revista, Cadernos, das pautas de reivindicações das campanhas anuais, além da participação efetiva dos professores sindicalizados em palestras, conferências e seminários.

Palavras-chave: Sindicalismo Docente. Políticas Educacionais. Educação Superior

Abstract: The purpose of this paper is to present an analysis of the role of the National Union of Teachers of Higher Education Institutions (ANDES-SN) regarding the public educational policies. To this end, a documentary research was carried out covering documents issued by ANDES-SN itself and the ones published about its activities during the 1996-2010 period. The results reveal that the Union has played a key role in the public educational policies and that despite this fact the government agencies have overlooked it. Notwithstanding, the Union has presented its proposals through its journals – REVISTA E SOCIEDADE and CADERNOS ANDES-SN – and through the claims of its annual campaigns as well as through the effective participation of its members in the lectures, conferences and seminars.

Keywords: Teacher Unions. Educational Policies. Higher Education.

Resumen: La propuesta de este trabajo es presentar un análisis del papel de ANDES-SN para las políticas de enseñanza pública. Por lo tanto, se buscó, a través de una investigación documental, identificar, en el período de 1996-2010, el papel que ANDES-SN ha desempeñado en relación con estas políticas. Los resultados que se han alcanzado es que el Sindicato ha desempeñado un papel clave en este proceso, pero esto no ha sido tomado en cuenta por los organismos gubernamentales. Sin embargo, el Sindicato ha presentado sus propuestas a través de publicaciones, Revistas, Cuadernos, de directrices para las reclamaciones de campañas anuales, además de la participación efectiva de maestros sindicalizados en ponencias, conferencias y seminarios.

Palabras clave: Sindicalismo Docente. Políticas de enseñanza. Enseñanza Universitaria.

Introdução

A sindicalização dos docentes do ensino superior das instituições públicas é um fato recente, data do último quartel do século XX, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que garante ao servidor público este direito. Mas é importante que se assinala que, anteriormente, a categoria dos professores do ensino superior já se organizava por meio das Associações, que era o modo possível

naquela conjuntura. Contudo, apesar dessa forma de organização ter um caráter assistencialista, o que se constata na história do movimento dos professores do nível superior é que, no caso específico, esta já se manifesta com um caráter classista.

O associativismo foi a primeira forma de agrupamento de operários. Na Inglaterra, com a Revolução Industrial, Engels (2008) relata as diferentes manifestações ocorridas após a instalação das máquinas nas fábricas de tecidos e salienta que, quase 60 anos depois desse fato, é que foi aprovada uma lei, fruto da luta dos operários, que permitia a livre associação destes. Antes, o que existia eram sociedades secretas.

Rêses (2008), na sua tese de doutorado, faz uma análise interessante dos primórdios do associativismo docente, salientando que este servia para prestação de serviços, como assistência financeira para atender problemas de saúde e/ou de invalidez, serviços jurídicos e, ainda, devia manter o aprimoramento dos docentes, uma espécie de formação continuada. Já na década de 1930, as associações ampliaram suas funções e procuravam também zelar pelos direitos funcionais, promover atividades recreativas, bailes, excursões.

Para Dal Rosso (2004, p.119), “As Associações profissionais são uma forma pré-sindical, frequentemente de caráter assistencial, que busca atender a interesses profissionais da categoria dos professores”. Para este autor, essas Associações, “na defesa dos interesses profissionais [...] veem-se obrigadas a levar à frente reivindicações tipicamente sindicais, como reajustes salariais, planos de carreiras, sistemas de aposentadorias”. Mas Dal Rosso chama a atenção para o fato de que esse tipo de organização não consegue “empregar os meios mais fortes de pressão, como as manifestações públicas e as greves, em função de uma consciência presa à noção de categoria profissional.” (119)

Após essa fase de associativismo, embrião do sindicalismo, os trabalhadores em geral começam a construir outra forma de organização – o sindicato, cujos objetivos seriam, naquele momento, início da Revolução Industrial, organizar a oposição à burguesia. E essas ações tomam forma após a promulgação de uma Lei, na Inglaterra, datada de 1824, que permitia a liberdade de associação e revogava todas as medidas anteriores que proibiam os operários de se organizarem para lutar pelos seus interesses, “contra a tirania e o descaso da burguesia”. (ENGELS, 2008, p.250)

O objetivo deste estudo é de buscar identificar as possíveis relações existentes entre o papel do sindicato dos docentes do ensino superior, o ANDES-SN, e as políticas educacionais estabelecidas pelos governos federais, a partir da metade da década de 1990 até o ano de 2010.

Contudo, o estudo tornar-se-ia parcial se, mesmo de forma breve, não situássemos a existência dessas associações que, pelas ações desenvolvidas em defesa da classe trabalhadora, foram a base e o constructo para a criação dos sindicatos. Até porque o próprio ANDES surge primeiramente como uma Associação.

Organizamos este trabalho de forma que pudéssemos situar o papel das associações profissionais como um primeiro momento, o que já foi abordado nesta Introdução; em seguida, deter-nos-emos a analisar, sob diferentes óticas marxistas, o papel do sindicato nas lutas contra o capitalismo; a

partir dessa base, em uma terceira parte, serão apresentados, de forma analítica, alguns dados sobre a Andes e a sua passagem, construída, para o ANDES-SN. Por último, buscaremos o cerne do problema, que é a identificação das possíveis relações entre o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN e as políticas educacionais para esse nível de ensino, estabelecidas no período de 1996-2010. Foram consultados os relatórios dos congressos desse Sindicato no período estudado e neles foram consultados os Planos de Lutas aprovados para as Instituições Federais de Ensino Superior em relação às políticas educacionais. Também se selecionou algumas políticas implementadas pelos governos no período que serviram de ponto de apoio para o desenvolvimento da análise.

A CONCEPÇÃO DE SINDICATO

O surgimento do *sindicato* é fruto do aparecimento do proletariado e seu nascimento representa a importância da organização e da resistência dos trabalhadores contra a burguesia. É com a Revolução Industrial, no século XVIII, que esse movimento trabalhista ganha corpo e forma, até porque antes de 1824, na Inglaterra, era proibida a associação de pessoas com fins de defesa de interesses comuns e que se voltassem contra os patrões.

Engels (2008) já identificava o sindicato enquanto um movimento organizado que estava se desenvolvendo, na Inglaterra, mas também indicava os limites que essa ferramenta contém, enfatizando que as lutas específicas devem estar dentro das lutas mais gerais da sociedade.

Em um pequeno texto escrito por Marx, pode-se perceber a concepção de sindicato desse então jovem revolucionário, enquanto “centros de organização da classe trabalhadora. [...] Se os sindicatos já são indispensáveis para guerra de guerrilha travada entre capital e trabalho, são eles tanto mais importantes enquanto força organizada para a eliminação do próprio sistema de trabalho assalariado”. (MARX, 1866, p.1).

As suas análises sobre os objetivos desse movimento não deixam dúvida quanto ao valor que esse pensador lhe deu, mas sem coloca-lo como a única ou a mais importante forma de luta organizada. E isso se evidencia quando Marx salienta que os sindicatos, muitas vezes, lutam contra os efeitos do modo de produção capitalista, que é a exploração da força de trabalho, a escravização assalariada, esquecendo-se de empreender uma batalha contra as causas que, em tais ocorrências, estão na própria sociedade capitalista.

O futuro do sindicalismo, para Marx, está muito vinculado ao seu papel no presente. Ou seja, sem abandonar a luta por melhores salários, condições de trabalho, devem também se transformar em centros aglutinadores da classe trabalhadora, cujo objetivo maior é a completa emancipação do ser humano. E Marx vai além; recomenda que o sindicato deve apoiar qualquer movimento social e político que também lute pelo fim do capitalismo e, logo, da exploração.

Lênin (1920) também escreveu sobre o tema *sindicato*. E ele o fez em situações diversas, isto é, antes e durante a Revolução Russa, de 1917. No primeiro caso, em 1914, o líder soviético, baseando-se em escritos de Marx, discute a tática de luta que o proletariado deveria utilizar para vencer a burguesia, salientando que esta classe precisaria desenvolver táticas de luta relativas às questões econômicas,

vinculadas ao salário, e que deveriam ser desenvolvidas pelos sindicatos. A seguir, o autor indica a importância de o sindicato desenvolver, também, táticas de luta políticas.

Outro momento no qual Lênin se manifesta sobre o assunto foi em 1922, quando da publicação, no Jornal *Pravda*, do artigo intitulado “Sobre o papel e as tarefas do sindicato nas condições da nova política econômica”. Nesse escrito, é feita uma análise do papel que os sindicatos devem assumir a partir da implementação de uma nova política econômica que vem trazer “modificações substanciais na situação do proletariado e, por conseguinte, na dos sindicatos” (LÊNIN, 1922, p.1).

Nesse cenário, Lênin colocava como “uma das tarefas mais importantes dos sindicatos [...] a defesa, em todos os aspectos e por todos os meios, dos interesses de classe do proletariado em sua luta contra o capital”. (1922, p.3). Mas, para tal, precisaria que os sindicatos fossem reconstruídos, modificados e complementados.

Leon Trotsky (2006), já no exílio forçado, no México, em 1940, escreve um artigo importante sobre o sindicato. Para esse revolucionário, estava havendo uma “degeneração” do papel dos sindicatos, na medida da vinculação desses ao Estado. Trotsky se referia a um período, II Guerra Mundial, no qual os sindicatos, na sua maioria, tinham sido tomados pelo estado totalitário, fascista, que limitava as ações desse movimento, fazendo-o agir contra o interesse dos trabalhadores. Por isso, Trotsky propunha uma luta feita pelos próprios sindicatos. Para tal, esse autor propôs algumas palavras de ordem, tais como: “independência total e incondicional dos sindicatos em relação ao Estado capitalista” (TROTSKY, 2006, p.4), explicitando que os sindicatos devem representar as grandes massas exploradas e não a aristocracia operária. A outra palavra de ordem lançada por Trotsky foi “democracia sindical”, e ele complementa sua visão de sindicato com o seguinte: “Os sindicatos de nosso tempo podem ou servir como ferramentas secundárias do capitalismo imperialista para subordinar e disciplinar os operários e para impedir a revolução ou, ao contrário, transformar-se nas ferramentas do movimento revolucionário do proletariado. (Trotsky, 2006, p.4).

Apesar das concepções sobre o sindicato, emitidas por autores marxistas e pelo próprio Marx, a questão sindical continua sendo tema de discussão e de controvérsias, havendo, em relação ao seu papel, diferenças que indicam claramente o projeto de sociedade que esse ente deve assumir, na escolha ou não do seu protagonismo político.

É com essa base que iremos analisar o papel do ANDES-SN.

Um pouco de história do Sindicato dos Docentes de Ensino Superior

O ANDES-SN já nasce sob a égide de ser uma representação dos docentes da educação superior que tem como objetivo a defesa dos interesses dos seus filiados, reafirmando a autonomia e a independência em relação a governos e com a proposta clara de juntar a luta dos docentes com as lutas mais gerais da sociedade.

A necessidade de uma representação dos docentes que integravam o então terceiro grau fez com que, ainda na década de 1960, antes do golpe militar de 1964, já fossem criadas as primeiras Associações

de Docentes, sendo o caso da Associação de Docentes da Universidade Federal do Paraná (ADUFPR, 1960) e a Associação de Docentes da Universidade Federal de Viçosa (ADUFU, 1963). Em seguida, já durante a ditadura instalada no país, outras associações de docentes surgiram.

Pode-se dizer que esses foram os primeiros passos para o que é hoje o Sindicato dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN). A criação de várias associações vinha ao encontro da necessidade da representação dessa categoria de trabalhadores junto ao poder constituído, com o objetivo de fazer a defesa dos professores e de lutar pela democratização do país.

Em fevereiro de 1979, ocorre, em São Paulo o I Encontro Nacional de Associações de Docentes Universitários, (I ENAD), do qual participaram 27 ADs. No mesmo ano, em Salvador, é criada a Coordenação Nacional das Associações dos Docentes do Ensino Superior (CONAD). No ano seguinte, em João Pessoa, ocorre o II ENAD. Mas é somente em 1981, em Campinas, na sequência da realização do III ENAD, que ocorre o I Congresso Nacional de Docentes Universitários, com a participação de 67 Associações de Docentes, 317 delegados inscritos, 287 delegados credenciados. É, pois, nesse Congresso que surge a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – ANDES, “como pessoa jurídica de direito privado, com natureza e fins não lucrativos e duração indeterminada” (ANDES, 2013).

As principais bandeiras de luta da ANDES, quando de sua fundação, foram o engajamento em movimentos por eleições diretas para Presidente da República e pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte; e em relação às lutas específicas, são apontadas as seguintes: novo plano de carreira; reajuste salarial semestral; revogação do Decreto-Lei que interferia na autonomia das universidades (DL nº 6.733/79).

É importante que se destaque o período da fundação dessa Associação Nacional que ocorre durante a vigência da ditadura militar que se instalou, no Brasil, durante 21 anos. Esse período de exceção vivido foi um dos mais difíceis por que o país passou, no qual as liberdades individuais, a existência de movimentos sociais, o respeito aos direitos humanos foram fortemente vilipendiados, tendo sido uma fase da história na qual a tortura, o desaparecimento de presos políticos, a censura, o fechamento do Congresso Nacional eram fatos que ocorriam na lógica da doutrina da “segurança nacional”.

Além desse aspecto, destaca-se que os funcionários públicos eram proibidos de se agruparem em sindicatos; daí o surgimento do associativismo no meio docente do ensino público. Apesar de esse estar mais voltado ao assistencialismo, a ANDES rompe com esse modelo e introduz o aspecto político que tem sido sua marca e a defesa da educação pública, gratuita e laica tem sido seu mote.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 passa a ser possível a liberdade dos trabalhadores do serviço público de se organizarem em sindicato, devendo o registro, também chamado de carta sindical, ser expedido pelo órgão competente do Estado, sendo vetado ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical.

Dessa forma, no II Congresso Extraordinário da então ANDES, realizado em novembro de 1988, constitui-se o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, mantendo a sigla, como forma de preservar a história construída por aquela associação. Assim, surge o ANDES-SINDICATO NACIONAL.

As finalidades do Sindicato, expressas no Estatuto da entidade, são “a união, a defesa de direitos e interesses da categoria e a assistência a seus sindicalizados.”. Também, segundo seu principal documento normativo, fica estabelecido que o Sindicato Nacional “é uma entidade democrática, sem caráter religioso nem político-partidário, independente em relação ao Estado, às mantenedoras e às administrações universitárias.” De seus objetivos destacamos dois: “expressar as reivindicações e lutas dos docentes das IES no plano educacional” e “defender a educação como um bem público, como uma política educacional que atenda às necessidades populares e ao direito ao ensino público, gratuito, democrático, laico e de qualidade para todos”. (ANDES, 2014)

O Andes-SN e as políticas educacionais

Partimos da concepção marxista de sindicato, sintetizada por Dal Rosso (2011, p.25), para buscarmos as possíveis relações desse movimento social com as políticas educacionais. “O Sindicato é um instituto voltado para a transformação da sociedade no sentido de superar os grandes problemas sociais e culturais recebidos das gerações anteriores e perpetuados. Por isso, o papel do sindicato é um papel de contestação e desafio à ordem estabelecida. O sindicato vai além da ordem”.

Para análise do papel do ANDES, utilizamos os relatórios dos Congressos do ANDES-SN, referentes aos anos 1996 e seguintes até o último ano do governo Lula, em 2010². Portanto, trabalhamos como os governos de Fernando Henrique Cardoso e, da mesma forma, com os de Luiz Inácio Lula da Silva.

Esta escolha não é aleatória, mas revela uma opção política, na medida em que os dois governos, no imaginário social, representam projetos diferentes de sociedade e, como tal, elaboraram políticas educacionais diferenciadas.

No primeiro ano do governo FHC foi feita uma reforma de Estado, cujas principais características foram a desconcentração de atividades, o estabelecimento de novas regulações, tais como as referentes ao financiamento público, à gestão e à avaliação. Nos governos de FHC, o setor educacional, apoiado na reforma do Estado, transformou o ensino superior em um serviço não exclusivo do Estado e criou a figura do ensino público-não estatal, regulamentando o Plano Diretor da Reforma do Estado, por meio de instrumentos legais, tais como o Decreto N° 2.306, de 1997³, o qual classifica as instituições de ensino superior, em relação à organização acadêmica, em universidades, centros universitários, faculdades integradas e faculdades. Essa medida muito contribuiu para a privatização do ensino superior, pela facilidade oferecida para a abertura de uma faculdade, sem a exigência de um corpo docente com mestrado e doutorado. Os recursos aplicados durante os oito anos desse governo, no ensino superior representaram 0,7% do Produto Interno Bruto.

O governo FHC foi considerado neoliberal, entendendo-se por tal a priorização, nas ações, dada ao mercado, por conta da pseudonecessidade de “enxugar” a máquina burocrática, utilizando, para isso, a estratégia de privatização do setor público.

No ensino superior, a principal política do governo FHC combinou a expansão/privatização do

ensino superior e tratou da elaboração do Plano Nacional de Educação, para atender ao que determina a Constituição Federal de 1988.

Por meio do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, criado nos anos 1980, do qual o ANDES era um dos principais atores, foi feita uma mobilização no sentido de elaborar o Plano Nacional de Educação, por meio da realização do Congresso Nacional de Educação (CONEDs). Aconteceram cinco Congressos, sendo que no primeiro, ocorrido em 1996, discutiram-se os eixos de elaboração do PNE; no segundo, em 1997, uma comissão sistematizou as propostas oriundas dos diferentes fóruns estaduais que discutiram os eixos temáticos das propostas para o PNE. A síntese dessas contribuições se transformou no PNE- Proposta da Sociedade Brasileira, que foi aprovado pela plenária do Congresso. Em seguida, encaminhou-se o texto ao Congresso Nacional, que não deu importância e passou a analisar a proposta encaminhada pelo MEC.

Chama-se atenção para o protagonismo do ANDES-SN em todos esses CONEDs, enquanto integrante da Comissão Executiva do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, promotora desses eventos. Mesmo depois de o Congresso Nacional passar a examinar o outro projeto de PNE, o Fórum promoveu mais três Congressos Nacionais de Educação (Porto Alegre (RS), 1999; São Paulo, 2002; e Recife (PE), 2004), nos quais se discutiram os temas: O Plano Nacional da Educação da Sociedade Brasileira: Reafirmando a Educação como Direito de Todos e Dever do Estado; Educação, Democracia e Qualidade Social – Educação não é mercadoria⁴.

Além dessa pauta conjunta com outras entidades, por meio do Fórum, o ANDES-SN, no período do governo FHC, teve ainda outros eixos de luta, dos quais destacamos, em 1996, segundo ano do governo FHC: Defender a Universidade pública, gratuita e de qualidade centralizada na autonomia, democracia e financiamento; Lutar contra o desmonte do serviço público e das entidades sindicais e em defesa da liberdade de organização sindical; Reforçar a ideia de que todo e qualquer sindicato autônomo, classista e de luta deve ser contra toda política de pacto social, qualquer que seja o nome que ela venha a adotar. (ANDES, 1996)

No mesmo ano, no XV Congresso do ANDES, no Plano de Lutas das Instituições Federais de Ensino, ficou definido: O enfrentamento ao Projeto do governo FHC; A articulação com demais categorias do movimento sindical e popular; A organização interna da categoria docente. (ANDES, 1996).

Percebe-se que, no último ano do governo FHC, no XXI Congresso, ocorrido em 2002, as lutas persistiam, já que pouco se tinha avançado em um governo que congelou a carreira e o salário dos docentes do ensino superior.

No governo Lula da Silva (2003-2010), o ANDES-SN centrou suas questões, referentes à política educacional, na reforma da educação superior, abrangendo a contrarreforma, o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a proposta de inovação tecnológica.

O governo que assumiu com um amplo apoio popular desenhou, já no primeiro ano de mandato, a intenção em realizar a reforma universitária, que logo, pelo seu teor, passou a ser chamada de contrarreforma, bem no sentido dado por Behring (2003) de certa esquizofrenia, tendo em vista que as

ações que foram propostas e desencadeadas eram conservadoras e regressivas, não possibilitando que, de fato, ocorresse uma Reforma.

Em agosto de 2004, o governo federal divulga o *Documento II. Reafirmando Princípios e Consolidando Diretrizes da Reforma da Educação Superior*, no qual os princípios e as diretrizes da reforma do ensino superior são apresentados, assim como a missão da educação superior. Ali, já fica muito claro o rumo que o governo estava dando a esse nível de ensino. (BRASIL, 2004.)

O ANDES-SN (2004) publicou uma análise dessa “contrarreforma”, destacando que o eixo que o governo federal estabelecia para a expansão era a parceria público-privado, com a diluição das fronteiras entre o público e o privado. Na sua análise, o Sindicato considerou essa “contrarreforma” como parte integrante da segunda geração de reformas estruturais, tendo como fundamentação as seguintes concepções: 1. A educação como bem público, o que significa que as instituições públicas e privadas prestam um serviço público, logo, os recursos públicos podem atender às instituições privadas, reforçando a noção de público não estatal; 2. a justiça social como igualdade de oportunidades, o que significa que cada um deve conquistar uma vaga no ensino superior, considerando suas próprias competências e habilidades; e 3. O Estado como supervisor e regulador, omitindo a responsabilidade do financiamento. Esses pontos traduzem a compreensão que passa a nortear, de forma mais efetiva, a tal reforma proposta pelo governo Lula.

Ao examinarmos os eixos de luta do ANDES-SN, no período do governo Lula pudemos observar o comportamento do Sindicato em relação às políticas definidas. Em 2004, segundo ano do governo Lula, no 23º Congresso, o Plano Geral de Lutas se centrou: na defesa da Educação explicitada no Projeto de Universidade do Sindicato e contra as políticas neoliberais.

Em 2010, no 29º Congresso do ANDES-SN e último ano do governo Lula, a centralidade da luta esteve voltada contra a precarização, por uma carreira que valorizasse a dedicação exclusiva, uma remuneração adequada, por uma universidade pública. Outro ponto fundamental, devido à conjuntura, foi a luta contra a divisão do movimento sindical docente e pelo fortalecimento das seções sindicais. Além disso, o momento exigia a intensificação de ações pela manutenção do registro sindical do ANDES-SN que estava ameaçado de ser cassado.

Em relação ao Plano de Lutas das Instituições Federais de Ensino, o ANDES, nesse Congresso, elegeu o seguinte: a luta pela valorização do trabalho docente e contra o desmonte da carreira; pela conquista das Diretrizes de Plano de Carreira.

Após os primeiros anos do governo Lula, o ANDES decidiu não participar das atividades oficiais, como, por exemplo, a Conferência Nacional de Educação. O fato ocorreu em função de o Sindicato ter sempre suas propostas rejeitadas e, ao final, aparecer, nos documentos, como participante das decisões. Até 2006, quando o governo encaminhou ao Congresso a proposta da Reforma do Ensino Superior⁵ o Sindicato ainda discutiu e contribuiu, por meio do Grupo de Trabalho de Políticas Educacionais, na elaboração de outra proposta.

Essa postura do Sindicato, para muitos, representa um isolamento, na medida em que ao não participar de ações do governo suas propostas não terão ressonância. Contudo, o ANDES-SN se mantém

firme nesse propósito e tem procurado, por meio de seus Congressos, publicações de artigos na revista *Universidade e Sociedade*, na publicação dos *Cadernos ANDES* e outros instrumentos que explicitam suas propostas, contribuir para as políticas educacionais.

De um modo geral, pode-se concluir que o ANDES-SN tem, nas suas ações, traduzidas em resoluções congressuais e atividades desenvolvidas nos diferentes grupos de trabalho, participado efetivamente das lutas mais amplas da sociedade, respondendo a uma concepção de sindicato explicitada em parágrafos anteriores que representa um órgão de resistência, de contestação, que vai além da ordem, trabalhando no sentido da transformação social. Dessa forma, a luta empreendida inclui necessariamente as políticas públicas educacionais para o ensino superior, procurando subsidiar o governo por meio de documentos em relação ao estabelecimento de uma educação democrática e universal.

Considerações Finais

O papel dos sindicatos tem sido fundamental na defesa dos interesses dos trabalhadores e no avanço das políticas para a área específica. Apesar das inflexões que esse movimento social vem sofrendo desde o início do processo de neoliberalismo, com o fim do Welfare State, com as cooptações vivenciadas, pode-se dizer que a maioria não se curvou a esses ditames.

No Brasil, a corrente neoliberal se manifestou mais caudalosamente no governo do Fernando Henrique Cardoso, e a exemplo de Thatcher, na Grã Bretanha, aqui também o governo “quebrou” o Sindicato dos Petroleiros, que fez uma greve de 32 dias contra a privatização da Petrobrás. Com tanques, canhões e metralhadores, as Refinarias foram ocupadas, a greve considerada abusiva e o Supremo Tribunal do Trabalho estipulou uma multa de cem mil reais por dia de paralisação. Muitas demissões ocorreram.

Foi com esse clima que teve início o governo de FHC. Era uma maneira de intimidar todos os sindicatos, sinalizando que as greves seriam tratadas como caso de polícia. Esse foi um período de descenso dos movimentos dos trabalhadores. Mas também foi uma etapa de organização e resistência.

O Sindicato dos docentes da educação superior teve nesse período, 1995-2002, um papel fundamental para impedir a privatização da universidade. A luta contra o sucateamento da infraestrutura, o congelamento dos salários, a não abertura de concurso público foram algumas das ações empreendidas, das greves realizadas, dos movimentos que ocorreram .

Da mesma forma sucedeu, no governo seguinte, nesse com todas as dificuldades advindas da cooptação, da distribuição de cargos de confiança no governo entre sindicalistas, que, dessa forma, passaram a não mais defender os interesses da categoria. O ANDES-SN, por sua postura independente em relação a partidos políticos e ao governo, pelas análises críticas feitas às políticas de privatização da universidade e por sua defesa da educação pública gratuita e de qualidade socialmente referenciada, tem vivido momentos difíceis que contemplam, inclusive, a cassação da Carta Sindical.

Mas, assentado nos princípios que norteiam suas ações, o Sindicato tem se mantido fiel à defesa da categoria que representa e entende que essa luta está vinculada a outra maior, por uma sociedade justa e

sem classes sociais. Dessa forma, os Planos e Eixos de Luta, aprovados nos Congressos da categoria, incluem, além das questões específicas inerentes ao ofício dos professores, as lutas da sociedade, na compreensão de que os docentes são sujeitos históricos que fazem parte do sociometabolismo do capital.

Por isso, ao analisarmos o papel do Sindicato dos Docentes e a relação que este tem, nas suas lutas, com as políticas públicas educacionais, podemos constatar as contribuições que esse movimento tem prestado ao governo, apesar de este não as considerar e avançar na sua meta de mercantilização da educação superior.

Ao contrário do que possa parecer, o ANDES-SN tem procurado ser um interlocutor ativo do governo, contribuindo efetivamente para a melhoria do ensino superior, defendendo a valorização dos professores e uma melhor qualidade da educação.

Referências

BEHRING, E. R. **Brasil em contrarreforma**. Desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Aprovada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Gráfica do Congresso Nacional, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em:....

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. [1996a] Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. [LDB]. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23.12.1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em:....

BRASIL. **Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997**. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. [Revogado pelo Decreto nº 3.860/2001]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2306imprensa.htm. Acesso em:....

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação, e dá outras providências. [Mensagem de Veto nº 9]. Publicado: **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 10.1.2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10172.htm, Acesso em: jan 2014

DAL ROSSO, S. **Mais Trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DAL ROSSO, S; LUCIO, M.L. O sindicalismo tardio da educação básica no Brasil. **Universidade e Sociedade**, Brasília, Ano XIV, n. 33, p.113-125, jun. 2004.

ENGELS, F. **A situação da classe operária na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008

LÊNIN, V.I. [1922]. **Sobre o papel e as tarefas dos sindicatos nas condições da nova política econômica**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1922/01/04.htm>; Acesso em: jan. 2010

LÊNIN, V.I. [1920]. **Sobre os sindicatos, o momento atual e os erros de Trotski**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1920/12/30.htm> Acesso em: jan. 2010.

MARX, K. [1866]. Associações Sindicais: seu passado, presente e futuro. Resolução sobre os Sindicatos do Congresso de Geneva. In: **A Internacional na Alemanha -1864-1872**. Documentos e Materiais. [Berlim: Dietz Verlag, 1964, p. 142 s.]. Disponível em: <http://www.scientific-socialism.de/MarxSind.htm>. Acesso em: 06 mar 2014.

RÊSES, E. S. **De vocação para profissão: organização sindical docente e identidade social do professor**. Tese (Doutorado em 2008)—Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 2008.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

(ANDES-SN). A contrarreforma da educação superior. Uma análise do ANDES das principais iniciativas do Governo Lula da Silva. Brasília, 2004;

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (ANDES-SN). **Congresso do ANDES-SN, 32**. 2013. Manaus (AM). Relatório Final. Brasília: ANDES-SN, 2013. Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/portal-relatorio-conad-congresso.andes>

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR Congresso do ANDES-SN, 15 Congresso, 1996, Santa Maria (RS, fev). Relatório Final. Brasília: ANDES-SN, 1996. Disponível em <http://www.andes.org.br/andes/portal-relatorio-conad-congresso.andes> Acesso em: fev 2014

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (ANDES-SN). **Congresso do ANDES-SN, 30**. 2011. Uberlândia (MG). Relatório Final. Brasília: ANDES-SN, 2011. Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/portal-relatorio-conad-congresso.andes> Acesso em: fev 2014

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR **Cadernos ANDES**: Proposta da ANDES-SN para a Universidade Brasileira, n°2, 1996

TROTSKY, L. **A concepção marxista do sindicato**. Ceará: Liga Bolchevique Internacionalista, 2006.

1

² Decidimos trabalhar com o segundo e último ano do governo FHC e com o período idêntico do governo Lula da Silva

³ Essa legislação sofreu alterações por meio do Decreto N° 3.860, de 2001, revogado pelo Decreto N° 5.225, de 2004, e pelo Decreto N° 5.773, de 2006. Este último apresenta a seguinte classificação: Faculdades, Centros Universitários e Universidades.

⁴ O último CONED foi realizado durante o governo Lula. O Fórum deixou de se reunir em função de divergências internas em relação ao apoio ao governo petista.

⁵ Após oito anos a reforma não foi colocada para apreciação e votação.

Recebido em: 04.04.2015

Publicado em: 31.12.2015